

A CRIAÇÃO DA ANPUR

GESTÃO DO CONSELHO DIRETOR PROVISÓRIO 1983-1984

LÚCIO GRINOVER

Em boa hora, por ocasião do 15º aniversário da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, o atual Conselho Diretor, sob a presidência da professora Norma Lacerda, está envidando esforços para resgatar a memória da Associação, lembrando fatos e idéias que proporcionaram sua criação e seu desenvolvimento.

A partir de 1976 instituía-se no Brasil um programa de fomento ao ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional, em nível de pós-graduação, sob o patrocínio do então Ministério do Interior, por intermédio do CNPU – Conselho Nacional de Áreas Metropolitanas e Política Urbana (transformado em seguida em CNDU – Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano), do MEC – Ministério da Educação e Cultura e da SEPLAM – Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O programa tinha a duração de quatro anos, com término, portanto, em fins de 1979.

O Ministério da Educação e Cultura e a SEPLAM alocavam recursos somente para as universidades federais, comprometendo-as a desenvolver um programa de ensino em nível de pós-graduação – mestrado e especialização –, para capacitar docentes, pesquisadores e profissionais. Ao mesmo tempo, o CNPU alocava recursos para as universidades convenentes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de São Paulo), para desenvolverem pesquisas científicas e tecnológicas na área do planejamento urbano e regional.

O programa motivou um desenvolvimento considerável no campo do ensino e pesquisa nos cursos de pós-graduação que aquelas universidades estavam

mantendo e proporcionou uma série de encontros, em nível nacional e até internacional, que permitiram importantes intercâmbios de conhecimentos.

No início de 1980, já concluído o programa interministerial, as universidades procuravam de toda forma dar continuidade aos trabalhos, tão auspiciosamente iniciados, para que os estudos e as reflexões pertinentes pudessem contribuir ao estabelecimento de uma política nacional de desenvolvimento urbano e regional, consoantes com as necessidades acadêmicas e profissionais. Os resultados acadêmicos foram imediatos: melhores cursos e melhor capacitação docente, visto que muitos dos atuais professores com titulação acadêmica iniciaram seus trabalhos de pesquisa com os recursos daquele programa.

No início da década de 1980, estava-se promovendo a aglutinação das instituições de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, tentando resolver conjuntamente toda uma gama de dificuldades, particularmente as de caráter financeiro. Faziam-se também necessárias, em âmbito nacional, a ampliação do diálogo e a divulgação das experiências realizadas, o que, de uma forma associativa, permitiria alcançar, entre outros, os seguintes objetivos:

- a criação de políticas comuns de atuação diante das necessidades de conhecimento e desenvolvimento dos assentamentos humanos no Brasil;
- a criação de um processo de documentação e divulgação dos conhecimentos adquiridos;
- a possibilidade de proporcionar intercâmbios de docentes e pesquisadores em nível regional, nacional e internacional;
- a promoção de um processo permanente de avaliação do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, na área dos assentamentos humanos;

- a defesa de uma posição comum em relação aos órgãos de fomento e auxílio à pesquisa;
- a captação de recursos dos mais diferentes tipos para o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, na área de interesse do grupo de universidades;
- a melhoria da prestação de serviços à comunidade científica e tecnológica da área.

Esses objetivos estavam relacionados no Projeto denominado “Criação de Associação de Instituições de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços à Comunidade”, apresentado, para fins de obtenção de recursos, à Coordenadoria de Habitação, Urbanismo e Saneamento do CNPq, pelo professor-doutor Lúcio Grinover, da USP, em agosto de 1982, a ser desenvolvido em três etapas. A 1ª etapa propunha a divulgação do Projeto nas instituições universitárias responsáveis por atividades de pós-graduação em planejamento urbano e regional, a fim de ter a colaboração efetiva de todos na criação da associação; a 2ª etapa previa a discussão das várias propostas; e a 3ª etapa finalizava a execução do Projeto com a edição dos Estatutos da Associação, a nomeação de uma Diretoria Provisória e o Registro dos Estatutos e a atribuição de personalidade jurídica à Associação.

Em 8 de junho de 1983, na sala de reuniões da Comissão de Pós-Graduação da FAU/USP, os professores Lúcio Grinover, da USP; Wrana Panizzi, da UFRGS; Guilherme Varela, da UFPE; Martim Oscar Smolka, da UFRJ; e Ricardo Libanez Farret, da FUB, criam a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, aprovam os estatutos e elegem em assembléia o Conselho Diretor, em caráter provisório, composto pelos professores acima mencionados, sob a presidência de Lúcio Grinover, da USP; e, em 28 de julho de 1983, é conferida a personalidade jurídica da ANPUR no Ofício Registro de Títulos e Documentos, em São Paulo.

Esses atos jurídicos e institucionais foram amplamente divulgados para que a próxima Assembléia Geral da Associação, segundo as Disposições Transitórias de seus Estatutos, elege-se seu Conselho Diretor e Conselho Fiscal definitivos e examinasse a conveniência de “ratificar ou modificar” seus Estatutos.

Dessa forma, em 15 de agosto de 1984, na Assembléia Geral especificamente convocada, foram realizadas alterações em alguns artigos dos Estatutos, particularmente no artigo 4, que trata da filiação à ANPUR, e foi eleito o Conselho Diretor definitivo, sob a presidência do professor Ricardo Libanez Farret, da FUB, com mandato de dois anos.